

Indicação de Procedência na produção de frutas do Projeto Manuel Alves

Eduardo Carvalho Dias¹, Cleone Souza Raimundo², Pietro Lopes Rego¹

¹Prof. do Instituto Federal do Tocantins – Campus Dianópolis

²Aluna do Curso de Agronomia do Instituto Federal do Tocantins – Campus Dianópolis

Resumo: Este estudo tem como objetivo desenvolver uma estratégia de diferenciação na comercialização de produtos por meio da implantação do selo de Indicação de Procedência no polo produtor de frutas em torno do Rio Manuel Alves na região sudeste do Estado do Tocantins. Para alcançar tal objetivo, pretende-se fazer o processo de registro com base em dados coletados através de pesquisas e entrevistas a serem realizadas com a comunidade local e produtores associados ao projeto que almejam o selo de Indicação de Procedência. As etapas do processo serão realizadas a partir da formalização do grupo requerente, através de uma pesquisa exploratória e no levantamento dos documentos necessários. O resultado esperado no desenvolvimento destas ações será proporcionar um aumento das vantagens competitivas, gerando agregação de valor e na exploração do potencial turístico da região após a efetivação das estratégias implantadas nos processos produtivos e na comercialização, a partir da conquista do selo de Indicação de Procedência. A implantação do selo irá contribuir para valorização dos produtos e associação dos produtores, na formação de novas atividades e no desenvolvimento sustentável regional em ações conjuntas nas diferentes áreas de pesquisa, ensino e extensão com o auxílio e atuação de professores e alunos do Instituto Federal de Tocantins - Campus Dianópolis.

Palavras-chave: indicação de procedência, produção de frutas, associação de produtores

1. INTRODUÇÃO

A associação das condições ambientais do sudeste do Estado de Tocantins, aliadas aos níveis tecnológicos adotados para a produção agrícola, confere uma diferenciação na qualidade das frutas produzidas, podendo resultar em um reconhecimento da qualidade e da origem em níveis nacionais e internacionais destes produtos. As particularidades das condições locais e dos sistemas produtivos imprimem características únicas, distinguindo a região principalmente pela produção de banana e maracujá, entretanto outras frutas já encontram em início de cultivo com a possibilidade de produção em qualquer época do ano. A partir de variedades adaptadas a região, e em função das respostas fisiológicas da planta em decorrência de variáveis climáticas como temperatura, radiação solar, disponibilidade de água, altitude e de outros fatores aliados com adoção de tecnologias apropriadas, proporcionam o investimento em programas de produção e consequentemente na qualidade final do produto. Estes fatores constituem em um elemento básico para justificar a iniciativa de atestar a origem e garantir o controle de qualidade dessas frutas por meio de uma Indicação Geográfica (IG).

Assim sendo, cada território que possui a sua própria identidade, estabelece uma série de estratégias para que o desenvolvimento regional deva ser traçado para cada realidade, considerando a rede de atores locais, os recursos naturais, a infraestrutura existente, o capital social e econômico, a capacidade empreendedora dos atores, as vocações e as oportunidades do território (Lima et al., 2009). O desenvolvimento de pesquisas e processos para aumentar a competitividade da cadeia de frutas, é uma das formas que possibilita a melhoria da qualidade e a segurança das frutas in natura e industrializadas, aprimorando e disponibilizando conhecimentos e tecnologias para a produção de alimentos seguros. A difusão do manejo da produção integrada no setor produtivo parte da capacitação técnica e profissional nesta área de produção, com a finalidade de difundir tecnologias geradas através dos organismos de extensão, para as entidades associativas dos produtores e também para todo segmento da cadeia produtiva.

Uma das razões da obtenção da indicação geográfica é garantir todo investimento e empreendedorismo feitos ao longo dos anos e se reflete na imagem comercial de uma região que produz com elevada qualidade. A intenção é que o uso desta indicação de procedência seja regulamentada e concedida pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), por meio da Lei Brasileira de Propriedade Intelectual de 1996, e que esteja em conformidade com as regras internacionais da Organização Mundial do Comércio (OMC). A Indicação Geográfica gera uma identidade que se traduz em uma preferência e fidelização dos consumidores sendo que a médio prazo, a participação no processo vai ser evidenciada na valorização nos preços dos produtos (Pimentel & Silva, 2013).

2. OBJETIVOS

Pretende-se com este trabalho desenvolver o processo de indicação geográfica, tornando a região mais conhecida, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do projeto gerando impactos positivos nos níveis social, econômico e ambiental. Através deste processo é possível avaliar os efeitos em nível de preservação do meio ambiente, da coordenação da cadeia produtiva, da criação de valor econômico e também no âmbito sociocultural.

3. METODOLOGIA DE TRABALHO

A partir de um estudo de caso será possível investigar um fenômeno contemporâneo dentro do seu contexto real. Os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidos, portanto fundamenta-se em várias fontes de evidências e na existência de proposições teóricas na condução da coleta e análise dos dados (Yin, 2005). A pesquisa documental é

realizada em função da elaboração de relatórios internos da empresa, manuais e práticas gerenciais e em relatórios de pesquisa. A preparação das entrevistas será realizada através da análise de práticas discursivas em que o contexto é abordado em vários níveis (Spink, 2004). As entrevistas serão realizadas com três diferentes questionários aplicados aos produtores da Associação, visando identificar a percepção e restrições destes em relação à certificação. As entrevistas serão realizadas durante o mês de setembro de 2014, em visitas nas propriedades diretamente nos seus locais de trabalho. No tratamento dos dados recorre-se à técnica denominada “Análise de Conteúdo”, proposta por Bardin (2004).

Para tanto tomamos a abordagem metodológica sobre as práticas discursivas e produção de sentidos (Spink, 2004) como norteadora da coleta, tratamento e interpretação dos dados e encaminhamento dessa pesquisa. O processo de formatação das entrevistas foi elaborado de acordo com Spink (2010), em que embora a análise das práticas discursivas, e a noção do contexto foram abordadas em vários níveis. O contexto da produção da fala constitui um dos focos da análise. Partindo do pressuposto que as pessoas podem expressar-se de maneiras diversas (dependendo do local onde estão ou com quem estão falando, o que foi dito e qual a forma de interação), buscamos entender por que as pessoas falam certas coisas em um determinado momento.

Para a transcrição das entrevistas foi empregado o formato de mapas de associação de idéias proposto por Spink (2010) como instrumentos de visualização do processo que possibilitam mostrar o que acontece quando perguntamos certas coisas ou fazemos certos comentários. Como o uso dos mapas será possível avaliar as falas dos entrevistados em categorias de análises utilizados na construção de argumentos para explicar as idéias e descrever a relação das práticas laborais nas propriedades e a sua relação com os pilares da sustentabilidade: econômico, ambiental e social. Ao tomarmos a pesquisa enquanto interação social tornou-se relevante a realização de entrevistas com os produtores, devido à natureza dialógica da mesma e também devido à necessidade de esclarecermos aspectos levantados por nós durante a análise preliminar dos relatórios. Sobre a natureza dialógica da entrevista, Pinheiro afirma que considera a entrevista como prática discursiva, “como ação (interação) situada e contextualizada, por meio da qual se produzem sentidos e se constroem versões da realidade” (Pinheiro, 2004).

Durante a pesquisa, elaboramos perguntas que constituíram a entrevista, considerada por nós como sendo uma entrevista semi-estruturada, uma vez que embora houvessem perguntas pré-estabelecidas, não havia de nossa parte a preocupação em seguir de forma rígida a ordem

das mesmas. Além disso, tomamos a liberdade de inserir novos questionamentos toda vez que não estivéssemos satisfeitos com a resposta dada, no sentido da mesma não atender o objetivo estabelecido para a realização da pergunta. Esclarecemos que antes de realizarmos a entrevista, elaboramos as perguntas e o objetivo pelo qual cada uma delas havia sido elaborada.

4. RESULTADOS ESPERADOS

A capacidade e dificuldade em adotar novas normas e convenções relativas à qualidade se convertem numa ferramenta fundamental para alcançar um lugar privilegiado nos mercados, pois o controle e a certificação dos processos produtivos prevalecerão como fatores diferenciais em uma concorrência. O maior desafio na implantação deste tipo de governança coletiva é reverter a trajetória histórica de diferenciação das estruturas produtivas, econômica e institucional que deu origem a diferentes formas de produção dentro de uma mesma região. A dinâmica do mercado muitas vezes é afetada pela assimetria de informações decorrentes de problemas relacionados à valoração dos produtos.

A adoção de uma indicação geográfica constitui em um meio de valorizar uma localidade, sendo que esta pode transformar em instrumento de competitividade no mercado e instrumento de desenvolvimento rural, trazendo uma série de benefícios potenciais como: benefícios econômicos (abertura de mercado, agregação de valor); benefícios sociais (emprego, dinamização de regiões carentes e de associações de produtores) e os benefícios ambientais (preservação da biodiversidade, práticas produtivas de acordo com as recomendações técnicas), colaborando para o desenvolvimento e consolidação de um projeto de produção.

Os fatores que determinam a importância para garantir o sucesso de uma indicação de procedência, parte do princípio de uma organização dos produtores e agentes territoriais, sensibilizados e preparados através de uma capacitação para promover e proteger o produto. O resultado será verificado a partir do fornecimento de produtos com reputação e características valorizadas nos mercados sendo que através de estratégias de diferenciação e divulgação, os consumidores serão capazes de reconhecer estas diferenças.

O potencial de coordenação na cadeia produtiva (incluindo os diferentes elos da cadeia produtiva) irá contribuir para a promoção nacional do conceito de indicação geográfica, sendo que políticas públicas poderão ser criadas e voltadas para o reconhecimento e manutenção das Indicações de Procedência. As vantagens econômicas proporcionadas pela Indicação de Procedência estão mais relacionadas à suplementação de uma demanda pela inserção em novos

mercados e a maior estabilidade dos preços dos produtos se comparados àqueles não certificados (Niederle, 2011).

5. CONCLUSÕES

A partir da organização de leis de fiscalização em nível federal e estadual, bem como estudos nos sentidos de preservar a tipicidade dos produtos, estas ações contribuem para a melhoria da qualidade, sendo que esta não reduz apenas no produto, ela define as regras de preservação e valorização do meio ambiente, do homem com sua organização, história e cultura. Contribui também com o desenvolvimento territorial através de atividades específicas que por efeito agem sobre a economia local (turismo, atividades conexas, etc) e sobre o patrimônio que passa por uma adequação às demandas sociais (paisagens, comércio justo, etc).

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições Setenta, 2004.

LIMA, Maria Auxiliadora Coelho et al. **Subsídios Técnicos para a Indicação Geográfica de Procedência do Vale do Submédio São Francisco: Uva de Mesa e Manga**. Embrapa Semi-Árido: Petrolina, PE, 2009.

NIEDERLE, Paulo André. **Compromissos para a qualidade: Projetos de indicação geográfica para vinhos no Brasil e na França**. Tese de doutorado do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

PIMENTEL, Luiz Otávio, SILVA, Aparecido Lima. **Curso de Propriedade Intelectual e Inovação no Agronegócio. Módulo II Indicação Geográfica**, 3ª edição, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2013.

PINHEIRO, O. G. Entrevista uma prática discursiva. In: SPINK, M.J. (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 2004.

SPINK, M.J.; MEDRADO, B. **Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas**. In: SPINK, M.J. (org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 2004.

SPINK, M. J. P. **O conhecimento como forma de resistência: uma conversa com Lupicínio Íñiguez-Rueda*** Interface Comunicação Saúde Educação v.14, n.34, p.693-703, 2010.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.